



M<sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso  
Juan Carlos Martín Cea  
David Carvajal de la Vega  
(Editores)

## EXPRESIONES DEL PODER EN LA EDAD MEDIA

Homenaje al profesor Juan Antonio Bonachía Hernando



Universidad de Valladolid

## UMA CASA EM GUIMARÃES: VIVÊNCIAS E NARRATIVAS ENTRE O IDEAL E O REAL NO SÉCULO XVI

Isabel VAZ DE FREITAS  
Universidade Portucalense  
Paulo PEREIRA LEITE

Guimarães, cidade medieval associada ao nascimento de Portugal, acolhe memórias e vivências que ao longo dos tempos foram construindo a História e alimentando *estórias*, marcadas por emoções, socializações e criações que geraram testemunhos culturais, materiais e imateriais, que hoje intensamente vivemos.

As cidades constroem-se passo a passo, vida a vida, e os seus residentes passam pelo espaço no seu tempo deixando sinais, marcas da existência e da construção individual em prol do passado, do presente e com visão no futuro. Os edifícios, património integrante das cidades, são testemunhos vivos desses sentires, dessas relações dos Homens com o seu espaço, com o seu tempo, com os seus semelhantes. Olhar cada edifício em particular é como experimentar o tempo e as emoções de quem por lá passou. São

“unos lugares con los que desarrolla unos intercambios que no sólo son de gentes y bienes, sino también de ideas y pensamientos, de formas de vida y de relaciones de poder.”<sup>1</sup>

A Casa dos Carvalhos ou Mota Prego é, hoje, um desses testemunhos da passagem do Homem pelo tempo e pelo espaço da sua cidade, é um desses lugares de intercâmbios, de relações. Por aqui passaram gentes, vidas, famílias, emoções, ideias, pensamentos e relações de poder. Imóvel de relevo localizado no centro histórico da cidade de Guimarães, a sua volumetria, implantação cénica e recorte arquitetónico,

---

<sup>1</sup> BONACHIA HERNANDO, J. A., «El desarrollo urbano de la villa de Aranda de Duero en la Edad Media», *Biblioteca: Estudio e Investigación*, 2009, n.º 24, p. 11.

fechando a ala norte do Terreiro da Misericórdia, Praça João Franco e prolongando-se pela rua Val de Donas, confere uma marca à paisagem urbana de Guimarães. O edifício, marcante na estrutura, data da Idade Média, no entanto, com acrescentos e reestruturações posteriores.

Apesar de ressaltar o projeto arquitetónico inicial, o edifício assinala a passagem das diversas linguagens estéticas e arquitetónicas resultantes da História da cidade desde a Idade Média ao século XXI. A acompanhar o processo de mudança, de obra, de acrescento e de embelezamento arquitetónico a que foi sujeito, encontra-se uma forte componente de pertença patrimonial que acompanha a constituição de um morgado que marca a permanência, a necessidade de manter e proteger o edificado em bom estado de conservação. Emoções, modos de vida, deveres familiares e poderes engrandeceram o edificado e alteraram o traçado e a malha urbana que o acompanha.

O estudo da casa no seu enquadramento arquitetónico, revelou algumas questões que se mostraram fundamentais para a reflexão em torno das cidades medievais, na passagem para a modernidade, e da sociabilidade dos seus residentes.

“Todo ello daba lugar, en fin, a que se produjera una fuerte contradicción entre el mundo de las representaciones y los deseos (individuales y colectivos) y la realidad externa: entre la imagen de la ciudad ideal –la del plano perfecto y simbólico, la de las ideas que propugnan el bien público, la belleza, el honor y la nobleza como aspiraciones superiores de la colectividad– y la ciudad real –la de las calles sucias y hediondas, mal pavimentadas y faltas de higiene.”<sup>2</sup>

É neste encontro da cidade ideal com a sociedade real<sup>3</sup>, na procura do perfeito, da beleza, da honra e da nobreza, cruzados com as ruas de verdades vividas que a reflexão retomarás as palavras do historiador e do amigo.

A leitura e análise do arquivo particular da família Mota Prego Pereira Leite, decorrente da limpeza e organização a que foi submetido para passagem a consulta pública no Museu Alberto Sampaio, permitiu refazer a história da casa, enquanto elemento arquitetónico de relevo constituinte do traçado urbano. A leitura documental possibilitou a reflexão em torno de uma estrutura individual, como elemento patrimonial fundamental na constituição do Morgado dos Carvalhos no século XVI, que se transforma num elemento de relevo no coletivo da cidade. Não esquecer que a cidade é um fenómeno coletivo associador de elementos individuais de homens criadores<sup>4</sup>.

Este elemento chave “criado” numa das áreas da cidade é um testemunho vivo das relações de poder e de socialização de um lugar que se perenizou entre o real e o

<sup>2</sup> BONACHIA HERNANDO, «El desarrollo urbano de la villa de Aranda de Duero», p. 35.

<sup>3</sup> BONACHIA HERNANDO, J. A., «Entre la ‘ciudad ideal’ y la ‘sociedad real’: consideraciones sobre Rodrigo Sánchez de Arévalo y la Suma de la política», *Studia Historica. Historia Medieval*, 2010, n.º 28, pp. 23-54.

<sup>4</sup> DUTOUR, T., *La ciudad medieval: orígenes y triunfo de la Europa urbana*, Barcelona, Paidós, 2004, p. 27.

ideal. Mas é a ligação emocional de um homem, o seu fundador, Diogo Lopes de Carvalho, com o espaço e com a simbologia de poder que em si transporta, que a memória se eternizou e se perenizou mantendo o edifício durante mais de cinco séculos como um testemunho real da vida da cidade.

A construção deste estudo assenta na análise de dois documentos inéditos que integram o arquivo Mota Prego Pereira Leite, em trânsito para o Museu Alberto Sampaio. O testamento de Diogo Lopes de Carvalho, desembargador e ouvidor da Casa da Suplicação, que institui o Morgado dos Carvalhos, datado de 2 de Outubro de 1532, e um livro de registo de propriedades do morgado, designado de “Livro de Tombo da Capela Antigo” datado de 1546<sup>5</sup>. Dir-se-ia que o testamento reserva o ideal e o Livro de Tombo narra o real.

Esta análise documental e textual permitiu efetuar uma reconstituição da instituição do vínculo, da constituição da herança, recuperar a informação sobre a forma, sucessão e composição do morgado como um todo orgânico. Permitiu, de igual forma, compreender a importância das casas da Rua de Santo Espírito, antiga rua da Judiaria<sup>6</sup>, e Val de Donas<sup>7</sup>, como cabeça deste morgado, marco incontornável no contexto urbano da cidade de Guimarães no início do século XVI.

O morgado constituído por Diogo Lopes de Carvalho, instituíu como cabeça de vínculo umas casas que comprou e outras que mandou fazer na Rua de Santo Espírito<sup>8</sup>. O testamento estabelecia que o não cumprimento das cláusulas relativas à continuidade e unidade dos bens patrimoniais, adstritos à cabeça do vínculo, bem como a perda do nome de “Morgado dos Carvalhos” traria consequências para os herdeiros<sup>9</sup>.

O senhor do morgado obrigava-se a viver nas casas da Rua de Santo Espírito continuamente, apenas excepcionalmente e em caso de peste a poderia abandonar temporariamente para uma das quintãs, também pertença do morgado<sup>10</sup>. Ao longo do

<sup>5</sup> O testamento de Diogo Lopes de Carvalho obriga à feitura de dois Tombos em pergaminho. Um dos tombos ficaria na Torre do Tombo e outro na casa vínculo do morgado. (Testamento de Diogo Lopes de Carvalho, fol. 2).

<sup>6</sup> Curiosa a mudança de designação da Rua da Judiaria para Rua de Santo Espírito. A mudança ocorrera após a expulsão dos judeus. FERREIRA, M. C. F., «Guimarães, Duas Vilas Um Só Povo», *Estudo de História Urbana 1250-1389*, Braga, CITCEM e Universidade do Minho, 2010. Sobre a toponímia urbana ver CAMPOS, M. A. A., «Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 13, 2013, pp. 157-176.

<sup>7</sup> O imóvel que constitui o morgado dos Carvalhos descritos no Tombo de 1546 localizado na confluência entre a rua do Santo Espírito e a rua de Val de Donas, fazendo “canto”<sup>7</sup>, verifica-se que este é um dos elementos integrantes das sucessivas transformações que ocorrem nesta área urbana. Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fol.11v.

<sup>8</sup> Testamento de Diogo Lopes de Carvalho, fol. 1.

<sup>9</sup> Testamento de Diogo Lopes de Carvalho, fol. 1v.

<sup>10</sup> [...] e quero e mando que os possuidores do morgado morem e vivam em Guimarães nas ditas casas e não em outro lugar salvo em caso de peste. Testamento de Diogo Lopes de Carvalho, fol. 1v.

testamento as três casas inicialmente identificadas na Rua de Santo Espírito que se encontram todas confinantes umas com as outras, passam a designar-se apenas por “casa”. Os três edifícios juntos passam a ser entendidos como um todo<sup>11</sup>. Primeiro momento que alude ao crescimento do espaço habitacional e, inevitavelmente, de imagem de grandeza da casa. A análise deste micro espaço urbano permite analisar as mudanças estruturais que se vão operando na cidade, organismo “vivo” em constante dinâmica.

Sob pena de perda do morgado em benefício de outro elemento da linha de sucessão, nem o todo nem parte do morgado poderia ser vendido. De forma a evitar pretextos de força maior, o testamenteiro deixava expresso que nenhum motivo seria possível de ser atendido, incluindo os que poderiam despoletar mais facilmente a venda como um casamento, pagamentos de cativoiro ou obra piedosa<sup>12</sup>.

Para que a vida real na casa se mantivesse sempre “ideal”, todo o investimento deveria ser traduzido em melhorias habitacionais<sup>13</sup>. Provavelmente estariam presentes, nestas imposições de Diogo Lopes de Carvalho deixadas em testamento na hora da sua morte, expressões de emoção de alguém que via o elemento arquitetónico como símbolo da perenização do poder. Provavelmente o desembargador e ouvidor da Casa da Suplicação não saberia a 2 de Outubro de 1532 que foram estas imposições, estas cláusulas testamentárias, que continuamente tidas em conta pelos seus familiares no cumprimento da sua vontade expressa, perenizariam a construção, hoje, também, assim como a cidade, Património da Humanidade, e assim, o ideal foi sendo mantido.

Constituíam os domínios patrimoniais do vínculo, o núcleo de casas situadas na rua Rua de Santo Espírito,

“as quais casas partem da banda do Sul com a rua Pública de Santo Espírito e da banda Norte que é por detrás das ditas casas partem com a azinhagua<sup>14</sup> que vem da rua de Santiago pera a rua que vem de Val de Donas”,

<sup>11</sup> Como refere Iria Gonçalves, o afluxo de nobres à cidade permitiu a edificação de casas de base “pluricelular” cuja distribuição compartimental se fazia paralelamente à rua, em resultado da “adição de módulo distintos”. GONÇALVES, I., «Tipologias, materiais e técnicas construtivas na casa comum nas cidades do Vale do Tejo em fins da Idade Média», em CONDE, M. S. (coord.), *Construir, habitar: a casa medieval*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 95-119.

<sup>12</sup> [...] *declaro que nenhuma herança do dito morgado nem parte dela grande nem pequena venda nem troque per maneira alguma que seja nem pera tirar filho de cativoiro nem pera casar hu per outra qualquer obra piedosa que se poria achar ou sobrevir*. Testamento de Diogo Lopes de Carvalho, fol. 2

<sup>13</sup> *Item mando que per minha morte se faça inventário de toda a minha fazenda ouro prata e moeda e toda outra fazenda e tudo se venda e faça em modo de ouro e prata para se levar a Guimarães e se empregar em casas ou quintãs ou o melhor que se puder fazer e no termo de Guimarães ou redor da dita Vila até quatro léguas e mais não e as compras se farão logo expressamente pera o dito morgado*. Testamento de Diogo Lopes de Carvalho, fol. 1v.

<sup>14</sup> Significa arruamento estreito.

área urbana confinante à judiaria medieval<sup>15</sup>. As casas “faziam canto” com a Rua de Santo Espírito e de Val de Donas<sup>16</sup> e delimitavam-se por uma azinhaga que atravessava todo o quarteirão e desembocava na rua de Val de Donas. Maria da Conceição Falcão Ferreira fazia menção à existência desta azinhaga na Idade Média. “Uma viela sem nome fazia a ligação, sensivelmente a meio, deste lanço da rua de S. Tiago para a rua de Val-de-Donas”<sup>17</sup>. Este arruamento estreito ainda hoje está bem marcado no espaço e é perceptível através de fotografia aérea, mas, ocupado pelas sucessivas construções que a ladeavam.

Reforça o livro de Tombo de 1546<sup>18</sup> que o núcleo patrimonial do morgado localizava-se em frente à judiaria e em frente da sua contemporânea Casa da Cadeia, que outrora fora Sinagoga<sup>19</sup>. Pergunta-se que relação cruzada se estabeleceria entre esta casa, a judiaria e a sinagoga separadas, apenas, por uma rua estreita de nome Rua da Judiaria que à data (1532) já se designava de Rua de Santo Espírito<sup>20</sup>.

Este caso recorda o estudo de Bonachía Hernando em torno da vila de Aranda de Duero e da sua rua designada de Barrio Nuevo, desenhada na confluência da judiaria. Esta nova rua da vila de Aranda de Duero, ia determinando, no início do século XVI, uma nova vida à cidade onde se incluía o crescimento do núcleo cristão medieval e o sucessivo afastamento da judiaria. A cidade ia mudando a sua configuração tendo por base a filosofia que

“la nobleza y bondad de una calle se media por su belleza [...] Pero además de su belleza física, la calle debía estar bien poblada, tanto por el número como por la condición de sus vecinos”<sup>21</sup>.

Em Guimarães, a saída dos judeus em 1496, motivava a cidade a seguir o seu tempo e a embelezar-se com novos espaços que cresciam. Outros, em degradação por abandono, reabilitavam-se. A mudança de designação de Rua da Judiaria para Rua de Santo Espírito, era uma manifestação da mudança que se operava em função da requalificação da cidade e dos seus espaços, sinais de uma nova mentalidade, de um

<sup>15</sup> Note-se que à data as casas da antiga judiaria ainda permaneciam entre a Rua de Santo Espírito e a rua das Flores. No interior do quarteirão da judiaria o morgado possuía algumas casas, naturalmente adquiridas após a saída dos judeus em 1496. Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fls. 16v. a 20v. Hoje todo este local corresponde à praça João Franco. FERREIRA, «Guimarães, Duas Vilas Um Só Povo».

<sup>16</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fol. 11v.

<sup>17</sup> FERREIRA, «Guimarães, Duas Vilas Um Só Povo», p. 285.

<sup>18</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fols. 11v-12v.

<sup>19</sup> Localiza-se a sinagoga, que até então se desconhecia a localização, Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fol. 17 e 17v.

<sup>20</sup> Mudança de nome que advém da expulsão dos judeus em 1496. Ver FERREIRA, «Guimarães, Duas Vilas Um Só Povo».

<sup>21</sup> BONACHIA HERNANDO, «El desarrollo urbano de la villa de Aranda de Duero», pp. 25-26.

novo tempo que se iniciava<sup>22</sup>. As inúmeras casas, pertença do morgado, naturalmente compradas, localizadas em torno da antiga sinagoga e em pleno espaço da antiga judiaria<sup>23</sup>, denunciam a mudança que se operava. As casas pertença de judeus da cidade, absorviam-se pelas compras de gentes com poder económico. A mutação deste espaço da cidade iniciava o seu percurso.

Esta situação de mudança que ocorre nas cidades, no século XVI, é também assinalada por Marta Alvarez Carbalho, que anota que o casario medieval se mantém com poucas alterações ao longo do tempo, no entanto, na época moderna, surgem nas cidades residências palacianas com nova conceção arquitetónica dirigida à monumentalidade e com expressão da predominância social das famílias detentoras<sup>24</sup>. Tudo aponta para que Diogo Lopes de Carvalho em 1532 tivesse clara noção desta nova filosofia urbana que se espalhava entre a nobreza do seu tempo como uma nova dinâmica social e de poder. A casa, sua residência ia crescendo e embelezando os novos espaços urbanos.

Estas alterações que o edificado vai anotando decorrente das sucessivas necessidades habitacionais ou arquitetónicas de adaptação aos tempos, notórias desde o século XVI, fazem-se sentir, também, no espaço físico do património cabeça do vínculo, as tais casas contíguas que que “fazem canto” nas ruas do Santo Espírito e em Val de Donas.

O livro de Tombo de 1546<sup>25</sup>, identificação real deste património, descreve uma casa de dois sobrados, pertença do morgado, disposta dos dois lados desta azinhaga. Esta descrição permite reconstituir espacialmente o edificado e identificar alguns elementos que, ainda hoje, fazem parte integrante do imóvel que se manteve durante a Idade Média até aos nossos dias. Media 11 varas e 6 mãos pelo lado da Rua de Santo Espírito, com pátio voltado para a rua de Santo Espírito<sup>26</sup>. O pátio de entrada na rua de

<sup>22</sup> Filomena Barros refere que as judiarias e mourarias, espaços indissociáveis da cidade, vai cedendo ao domínio espacial, físico, visual e sonoro da sociedade e política cristã. BARROS, M. F. L. de, «Mourarias e cidade: discursos e espaços», em RIBEIRO, M. C. y MELO, A. S., (coords.), *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*, Braga, CITCEM, 2014, p. 271.

<sup>23</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fol. 16v-20v.

<sup>24</sup> ÁLVAREZ CARBALLO, M., «Arquitectura y ciudad. Urbanismo medieval en Asturias. La Historia del Arte como instrumento de análisis de la morfología urbana medieval de la Villa de Llanes (siglos XIII-XVI)», *Anales de Historia del Arte*, 2011, Volumen Extraordinario, pp. 27-39.

<sup>25</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fols. 11v-12v.

<sup>26</sup> Esta casa segue o modelo exposto por Luis Krus para a casa urbana: casa com portal voltado para pátio dianteiro, dois sobrados, dividido por salas e câmaras, assentes sobre arcos erguidos sobre as ruas e acompanhada de estruturas adjacentes como adegas, palheiros e outros. Refere o autor que a sala ficava na frente da casa e, assim, abria-se à luz do dia. A cozinha, muitas vezes em piso superior encontrava-se nas traseiras da casa. Plano coincidente com esta casa em Guimarães. KRUS, L., «A habitação corrente nos finais da Idade Média: morfologias, materialidades e funcionalidades», em CONDE, *Construir, habitar: a casa medieval*, pp. 203-237.

Santo Espírito medida de 7 varas e 2 terças de comprimento e 7 varas e 4 dedos de largura<sup>27</sup>. Por este pátio acedia-se ao piso superior por escada de pedra com peitoril. As medidas aqui anotadas são similares às medidas médias anotadas por Alberto Sá para as casas que identificou na rua de Vale de Donas em 1498<sup>28</sup>.

A casa dispõe, ainda, de uma sala e uma antecâmara viradas para a Rua de Santo Espírito. Da parte de trás tem uma câmara com uma janela sobre a azinhaga e uma câmara com varanda e escada que passa a azinhaga via aérea para o quintal localizado na parte norte da azinhaga. Este quintal mede 31 varas de comprimento e de largura 17 varas<sup>29</sup>.

No quintal assinala-se um poço de pedra de Gouveia<sup>30</sup> e uma janela de assentos com grades de ferro voltada para a Rua de Valdonas e umas portas fronhas que dão acesso à azinhaga<sup>31</sup>. O quintal tem árvores de fruto e um palheiro com cerca de 6 varas de comprimento e 4 varas de largura<sup>32</sup>. Naturalmente regista-se a presença da água de poço e a presença de árvores de fruto, comum ao casario das áreas urbanas. Na parte inferior a casa conta com 3 lojas, localizadas sob as divisões do piso superior.<sup>33</sup>

Por último, mas de capital importância, refere o Tombo do morgado que em 1546, na data em que estava a ser elaborado, tinha muito recentemente sido construída uma cozinha sobre a azinhaga. Estava tomado o espaço aéreo sobre as casas do lado esquerdo do arruamento e o quintal da margem direita, já descrito; (...) *se erguera nelas de novo uma casa nova de cozinha sobre a azinhaga e quintal das ditas casas que se mediram (...)*.<sup>34</sup> Convém referir que a existir já uma passagem aérea entre as duas margens da azinhaga, que podemos presumir através da referência de um acesso por escada ao sobrado superior que dava para uma câmara na casa que detinha a

<sup>27</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fl. 12.

<sup>28</sup> SÁ, A., *Sinais da Guimarães Urbana em 1498*, (Dissertação de Mestrado inédita), Universidade do Minho, Braga, 2001, pp. 57, 58.

<sup>29</sup> Líliliana Andrade de Matos e Castilho detetou para Viseu as mesmas semelhanças e termos de medidas do edificado e dos seus quintais. Refere, ainda, que as casas tendem a ser alongadas, com dois pisos, com a fachada voltada para a rua e com seu quintal na retaguarda. Ver CASTILHO, L. A. M., «Onde moravam os outros? A casa corrente na época moderna (a cidade de Viseu como estudo de caso)», *CEMI Cultura, Espaço e Memória*, nº6, 2015, pp. 61-72; TRINDADE, L., «A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)», *Media Aetas: Paisagens Medievais*, 2ª Série, nº 1, 2004-2005, pp. 121-157.

<sup>30</sup> Os materiais referidos na documentação coincidem com os materiais anotados por Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro para a cidade de Guimarães: pedra e madeira. MELO, A. S., RIBEIRO, M. C., «Os materiais empregues nas construções urbanas medievais: contributo preliminar para o estudo da região do Entre-Douro-e-Minho», em MELO, A. S., RIBEIRO, M. C. (coords.), *História da Construção: os materiais*, Braga, CITCEM, 2012, p. 157.

<sup>31</sup> Ainda hoje estas estruturas estão bem visíveis na construção atual.

<sup>32</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fols. 11v, 12, 12v.

<sup>33</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fols. 11v, 12.

<sup>34</sup> Tombo do Morgado e Capela Antigo, 1546, fol. 12.

propriedade sobre o quintal que corria ao longo da azinhaga, atrás referida, esta cozinha naturalmente comunicaria com esse segundo sobrado, tornando-se o primeiro elemento integrador dos diversos componentes arquitetónicos até aí individualizados e consolidaria a tendência observada noutros locais da cidade de tomada desses espaços públicos como espaços privados pela paulatina integração no edificado<sup>35</sup>. A casa marca-se pela horizontalidade superior do seu espaço. A apropriação de todo o espaço inferior (correspondente à azinhaga, seria uma questão de tempo. Hoje a azinhaga integra o espaço privado da casa<sup>36</sup>.

Podemos desta forma entrever a constituição do primeiro núcleo urbano que Diogo Lopes de Carvalho institui como cabeça do morgado dos Carvalhos e que sofrerá, ao longo dos próximos 150 anos, diversas alterações de fachada, até resultar no edifício que hoje se ergue no Terreiro da Misericórdia. Tendo património de um e de outro lado da azinhaga, o edifício foi-se expandindo e a azinhaga incorporou-se no edificado passando a fazer parte do edifício. O seu traçado original ainda se vislumbra dentro do edifício atual. O mesmo fenómeno de incorporação desta pequena rua nos domínios privados, pode verificar-se nos edifícios vizinhos e é, conforme refere, Isabel del Val, um fenómeno comum nas cidades tardo medievais.

A fachada e a torre construídas pelo segundo morgado e que, hoje, marcam a arquitetura da casa, surge como um processo de embelezamento. Assim a fachada constrói-se para envolver as diferentes formas arquitetónicas existentes e conceder-lhe uma estrutura homogénea, una e com relevo arquitetónico, conforme refere Bernardo José e Afonso José Ferrão<sup>37</sup>.

Certo é que houve, sem dúvida, uma intervenção importante e aglutinadora dos vários elementos arquitetónicos numa única estrutura marcada pela torre que lhe

<sup>35</sup> Liliana Andrade de Matos e Castilho refere que os acrescentos no andar superior projetavam-se, por norma, sobre espaços públicos, sendo uma constante e que resultaria na aglutinação do espaço público ao privado. Esta situação também se encontra na vizinha Espanha e identificada por Isabel del Val Valdivieso. DEL VAL VALDIVIESO, M<sup>a</sup> I., «La identidad urbana al final de la Edad Media», *Anales de historia medieval de la Europa atlántica: AMEA*, n.º 1, 2006, pp. 5-28; FERRÃO, B., AFONSO, J. F., *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*, em [http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/799/470409.pdf](http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/799/470409.pdf), 25.07.2017: “Essas construções, contudo, nem sempre eram «apropriações do espaço público» como geralmente se afirma, pois tinham que pagar foro pelo «ar» que ocupavam. Esse «ar» era calculado a partir da mesma superfície do «chão» na vertical do qual se encontrava a estrutura, recebendo o proprietário do «chão» o foro. Neste caso, tratando-se de uma rua pública, pagaria provavelmente renda ao Concelho.”

<sup>36</sup> Esta apropriação do espaço da rua das cidades foi identificada por Isabel del Val Valdivieso como sendo um fenómeno comum nas cidades medievais e modernas. DEL VAL VALDIVIESO, M<sup>a</sup> I., «La identidad urbana al final de la Edad Media», Foi identificado um fenómeno de ocupação de uma azinhaga nos arrabaldes de Setúbal é, também, referido por SIVEIRA, A. C., «A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal», em RIBEIRO, y MELO, *A Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*, p. 131.

<sup>37</sup> AFONSO, J. F., «Guimarães: da fundação a Património da Humanidade», *Revista de História da Arte*, n.º 4, 2007, pp. 247-266.

garantia a nobilitação. A aglutinação das casas, proposta pelo primeiro instituidor do morgado, tomava forma e expressão. A cidade embelezava-se e engrandecia face aos acontecimentos sociais que aí ocorriam. “*La belleza de un edificio o la esbeltez de una plaza contribuían a enriquecer la imagen global de la ciudad*”<sup>38</sup>. Ao recuar na análise existe a consciência da mutação que ocorreu em torno da casa que adquiriu o estatuto de “casa nobre”, mas foi antes de mais, uma(s) casa(s) corrente(s)<sup>39</sup> que por vontade individual se fizeram crescer e embelezar.

Esta preocupação com a representação cénica dos imóveis e a importância que representam para a afirmação social dos seus possuidores, é uma preocupação muito presente a partir do século XVI<sup>40</sup>.

Para finalizar importa ressaltar que, conforme expõe Beatriz Arizaga Bolumburu, o tecido histórico das cidades medievais é extremamente frágil e facilmente vítima do crescimento exponencial e descontrolado dos anos 60/70 do século XX, fenómeno destrutivo responsável pela rutura do processo evolutivo da cidade que tanto preocupa arquitetos, historiadores, arqueólogos e outros estudiosos do mundo urbano<sup>41</sup>. Seria de acrescentar que a cidade que vive sem ruturas, ou os elementos urbanos que vivem sem ruturas, são “*verdadeiros palimpsestos onde a história é escrita e reescrita sucessivamente*”<sup>42</sup> e contêm narrativas acumuladas pelas experiências de vidas e de investimentos arquitetónicos que lhe concedem vida. Conforme refere Anne Vernez Moudon “a cidade pode ser ‘lida’ e analisada através da sua forma física”<sup>43</sup>. E a paisagem histórica urbana reflete a identidade do seu residente, com a qual se identifica. Anselmo López Carreira afirma que a cidade é um marco de “*identificación histórica para o seu morador, da mesma maneira que un habitante do campo se reconhece na paisaxe rural*”<sup>44</sup>.

<sup>38</sup> BONACHIA HERNANDO, J. A., «Mas honrada que ciudad de mis reinos: La nobleza y el honor en el imaginario urbano (Burgos en la Baja Edad Media)», en BONACHIA HERNANDO, J. A. (coord.), *La ciudad medieval: aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1996, pp. 198-199.

<sup>39</sup> CASTILHO, «Onde moravam os outros? – A casa corrente na época moderna».

<sup>40</sup> AFONSO, «Guimaraes da fundação a Património da Humanidade», pp. 247-266.

<sup>41</sup> ARIZAGA BOLUMBURU, B., *La imagen de la ciudad medieval: la recuperación del paisaje urbano*, Santander, Editorial Universidad de Cantabria, 2002, p. 11.

<sup>42</sup> RIBEIRO, M. C., MELO, A. S., «A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval», *Medievalista online*, nº 12, 2012, p. 3.

<sup>43</sup> MOUDON, A. V., «Morfologia urbana como um campo interdisciplinar. *Revista de Morfologia Urbana*», nº 3/1, 2005, pp. 41-9. Sobre esta questão da “forma urbana” ver ainda WHITACKER, A., MIYAZAKI, V., «O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos», *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, nº 2, 2012, pp. 307- 327.

<sup>44</sup> LOPEZ CARREIRA, A., «Ourense: permanencia e transformacions nunha cidade galega», en RIBEIRO, M. C., MELO, A. S. (coords.), *Evolução da paisagem urbana*, p. 315.

Nesta ordem de ideias, a reabilitação das cidades têm de ser feita com o máximo cuidado e as decisões não podem ser destrutivas, sob pena de se perderem as identidades e as identificações históricas. Uma nota para os conservadores e decisores das cidades.

Neste caso, ditou-se a permanência da observância da construção pelos laços familiares que preservaram a continuidade sobrevivendo ao crescimento urbano desestruturado. A última vontade do desembargador do paço, dava um enorme contributo para a conservação da memória, das vivências e das emoções no palco cénico de uma cidade medieval de passagem para a modernidade. Essa continuidade arquitetónica permite fazer a leitura histórica da cidade e da sua sociabilidade e traçar a evolução ditada pelo tempo numa constante dialética com o presente. Com toda a certeza a História é uma

“herramienta de esclarecimiento e inteligibilidad del presente [...] Una Historia, pues, de lo real, no ensimismada en el puro conocimiento cientista del pasado por el pasado, sino en permanente relación dialéctica con el presente: que interrogue al pasado para tratar de conocer mejor la sociedad del presente, la sociedad en la que vivimos y la del futuro”<sup>45</sup>.

A História permite juntar narrativas reais, sociedades reais que, em vida, procuram o ideal.

---

<sup>45</sup> BONACHIA HERNANDO, J. A, «Introducción», *Studia Histórica. Historia Medieval*, n° 30, 2012, pp. 19-23.